

Mercado de Crédito: a importância do mercado de crédito para a economia brasileira

Autor: Leonardo Henrique Ribeiro de Oliveira¹
Orientador: Pedro dos Santos Portugal Junior²

Resumo

Esse estudo tem como objetivo principal a apresentação, em um contexto teórico, sobre a importância do mercado de crédito para a economia brasileira, no que se refere ao sistema financeiro e a importância do seu regulamento no mercado, financiamento de empresas privadas, o incentivo ao consumo das pessoas e ao governo em esfera federal, estadual e municipal quando o mesmo precisa de recursos para atingir seus objetivos. Aborda também a importância do crédito na geração de emprego, renda e incentivando algumas empresas a internacionalizar seus produtos. Explica a importância que o Banco Central tem na economia regulando a oferta da moeda e controlando o crédito para o que o mesmo seja consciente e sustentável. Expõe dados históricos sobre a taxa de juros e spread bancário e como esses dois elementos são importantes para o crédito no que se refere ao custo dos recursos tomados pelas pessoas e empresas.

Palavras-chave: Mercado financeiro. Crescimento econômico. Intermediação financeira.

Introdução

O mercado financeiro tem uma importância fundamental para o crescimento econômico de um país, levando em consideração que a globalização possibilitou às empresas diversas vantagens, como, a agilidade ao comércio mundial de compra e venda de produtos e a ampliação do leque de opções das empresas para a captação de mais recursos. E para que o crescimento acompanhe essa rapidez do mercado é indiscutível que haja transferência de recursos. É necessário então um intermediário financeiro para que esse possa fazer a ligação dos agentes econômicos no mercado, os agentes superavitários os considerados poupadores e os agentes deficitários que são aqueles que necessitam de recursos para se financiar.

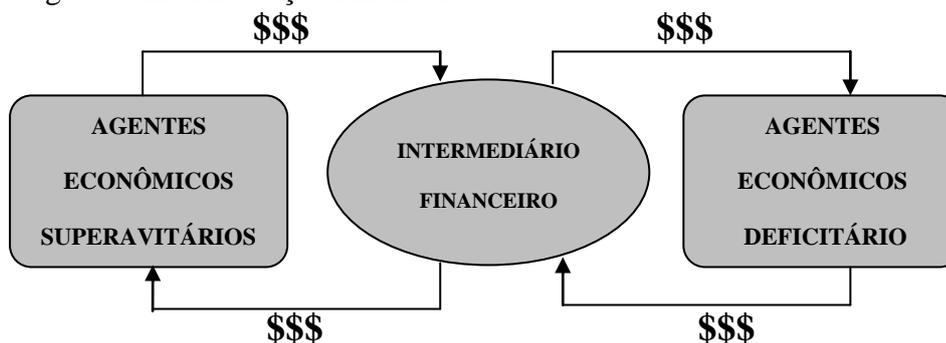
Para tal definição Assaf Neto (2012, p 8) explica:

A intermediação financeira ocorre na relação entre os agentes econômicos superavitários (poupadores) e deficitários (tomadores de recursos). Os intermediários financeiros procuram atender as expectativas e necessidades de ambos segmentos de agentes econômicos, oferecendo alternativas adequadas para guarda e aplicação de recursos, e acesso a fontes de financiamentos para viabilizar investimentos e consumo

¹ Administrador de empresas, pós graduando em finanças, controladoria e bancos pelo Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS – MG). leo.vga@hotmail.com

² Economista, especialista em gestão de negócios e mestre em desenvolvimento econômico e doutorando em desenvolvimento econômico pelo IE/Unicamp. Professor de graduação e pós-graduação do Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS – MG). pedrorotact@hotmail.com.

Figural . Intermediação Financeira



Fonte: Próprio Autor

As empresas privadas atuantes no mercado, seja comprando ou vendendo seus produtos e serviços precisam de recursos para se financiar ou até mesmo para suprir suas dificuldades financeiras e nesse momento que o mercado financeiro provê as necessidades de caixa e investimento das empresas fornecendo então recursos através das instituições financeiras.

O governo, em esfera federal, estadual e municipal também é um usuário ativo no mercado financeiro por meio da venda de títulos públicos quando o mesmo busca captar recursos para suprir seus déficits de caixa, financiar a dívida pública ou até mesmo quando carece de fazer seus investimentos.

É de suma importância a participação do governo no mercado financeiro pois é através dos títulos da dívida pública que é baseado o mercado de renda fixa, e também são referenciados os papéis privados.

Até mesmo as instituições financeiras necessitam do mercado financeiro para fechar suas posições de caixa, quando as instituições financeiras emprestam mais dinheiro do que recebem, é através do mercado interbancário que essas carências de caixa são supridas onde as mesmas emprestam dinheiros entre si nas operações chamadas de CDI - Certificado de Depósito Interbancários.

As pessoas físicas não são diferentes pois atuam no mercado financeiro como agentes superavitários e deficitários, e da mesma forma o mercado financeiro vem para suprir qualquer dificuldade das pessoas sejam quando necessitam de recursos ou quando são agentes superavitários e como tais poupadores ganham juros sobre suas sobras de recursos.

Vale ressaltar que essa transação de agentes superavitários e deficitários segue algumas normas que são dirigidas pela estrutura do Sistema Financeiro Nacional.

Conforme expõe Fortuna (2011, p 15)

Reguladas pela lei da correção monetária 4.357/64, lei do plano nacional da habitação 4.380/64, lei da reforma do sistema financeiro nacional 4.595/64, lei do mercado de capitais 4.728/65, lei da CVM 6.385/76, lei das S.A 6.404/76, nova lei das S.A 10.303/01 decreto 3.995 e MP todos de 31/10/2012, resolução CMN 3.040 de 28/11/2002

O sistema financeiro nacional é formado por mais de 2.300 instituições financeiras, constando pelo menos 150 bancos comerciais e múltiplos com ativos superiores a mais de R\$ 3 trilhões e 85 milhões de contas movimentadas, entre 2008 e 2010 o volume total de crédito do sistema cresceu 39,8%. (Brasil 2012)

Esse sistema financeiro é regido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, como órgão máximo do sistema financeiro nacional, no qual compete ao CMN estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetárias, cambial e creditícia, regula as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras e disciplina os

instrumentos de política cambial e monetária, seguido pelo Banco Central que é o órgão executivo central responsável de fazer cumprir o funcionamento do sistema financeiro nacional, acompanhado da Comissão de Valores Mobiliários que é a entidade que regula e fiscaliza o mercado de capitais e no que se refere às empresas de capital aberto, seguida pelas instituições especiais que são: Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e por fim a Caixa Econômica Federal - CEF.

Figura 2 . Sistema Financeiro Nacional



Fonte: Próprio Autor

O Banco Central é um órgão do governo que foi criado pela Lei nº 4.595, de 31/12/1964 é uma autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional e está abaixo do Conselho Monetário Nacional e tem como missão manter o equilíbrio monetário do país é responsável por manter as reservas internacionais, cuidar da liquidez da economia, garantir a formação de poupança e garantir a estabilidade econômica do Brasil (Pinheiro 2009), pode se tratar o Banco Central como fiscalizador e disciplinador do mercado financeiro.

Suas principais atribuições: Fiscalizar as instituições financeiras, autorizar instituições financeiras a se instalarem, pedidos de fusão e incorporação, realizar operações de desconto, controlar o crédito e ser responsável em receber depósito compulsório, (Pinheiro 2009).

O Banco Central, sem dúvida é um dos órgãos mais importantes do governo, porquanto é ele que executa as políticas traçadas pelo Conselho Monetário Nacional e fiscaliza todo o Sistema Financeiro Nacional. O mesmo é entendido como Banco do Governo por administrar a dívida pública e as reservas cambiais e também Banco dos bancos por captar os depósitos dos bancos chamado depósito compulsório e por conservar a liquidez do sistema bancário, e também é o executor das políticas monetárias.

1. Mercado de Crédito e sua importância no crescimento econômico.

O crédito é uma forma de fomentar a economia, pois é através dele que a economia é impulsionada na geração de emprego, renda, consumo das pessoas e também para financiar as atividades das empresas, o crédito por si só não garante o crescimento da economia mas é um grande acelerador do consumo que consequentemente aumenta a produção das empresas.

A importância do mercado de crédito no crescimento econômico está ligado diretamente às necessidades que as pessoas físicas e jurídicas têm a curto e médio prazo. Para pessoas físicas esse mercado atua na concessão de crédito disponibilizando então um poder de compra maior, e é através desse mercado que as pessoas conseguem créditos para a aquisição de bens e serviços.

Conforme explica Assaf Neto (2009, p 52)

O mercado de crédito é constituído em sua essência pelos bancos comerciais/múltiplos. O objetivo básico desse mercado é o de suprir as necessidades de recursos de curto e médio prazos dos diversos agentes econômicos, seja pela concessão de créditos às pessoas físicas, seja por modalidades de empréstimos e financiamentos às empresas.

Sabendo da grande capacidade de consumo interno do Brasil, o governo adotou nos últimos anos uma política de incentivo ao crédito e para esse projeto de expansão o mesmo seguiu algumas estratégias que poderiam acelerar esse incentivo, dentre várias as mais importantes são: a taxa de juros e o spread bancário que são componentes primordiais para alavancar o crédito.

1.1 Instrumentos para regulação do mercado de crédito - Instrumentos monetários.

Os instrumentos são usados pelo Banco Central para impulsionar e controlar o crédito. Um desses instrumentos é o depósito compulsório trata-se de um recolhimento obrigatório das instituições financeiras feito pelo Banco Central, ou seja todos os depósitos à vista, a prazo ou depósitos de poupança que as instituições recebem, obrigatoriamente um percentual destes é recolhido pelo Banco Central, sendo assim um instrumento de controle monetário que influencia diretamente o multiplicador monetário dos bancos.

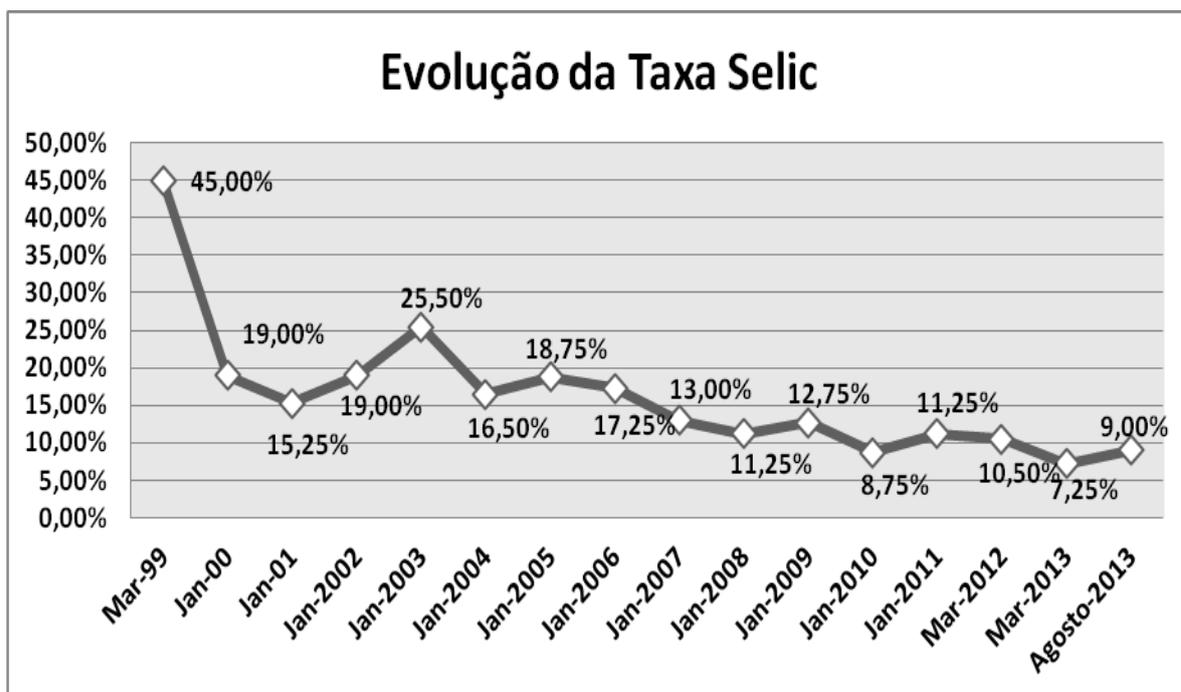
Quando o Banco Central quer incentivar o crédito, o mesmo reduz a alíquota do depósito compulsório e com isso as instituições têm mais recursos para emprestar às pessoas e empresas a um custo menor, incentivando então o consumo. Uma redução das taxas desse depósito por exemplo, libera recursos para a atividade econômica, aumentando o fluxo dos meios de pagamento e reduzindo o custo do crédito, (Assaf, 2012) .E quando o mesmo deseja reduzir esses recursos em circulação aumenta a alíquota do compulsório deixando menos recursos para as instituições financeiras disponibilizar no mercado.

Segundo dados do Banco Central (2013) em 1999 a alíquota que as instituições financeiras repassava para o Banco Central em recursos à vista era de 65% e em 2013 essa alíquota diminuiu para 44% e para depósito a prazo em 1999 era de 30% e em 2013 essa mesma alíquota abaixou para 20%, conforme visto a diminuição nessa taxa acarreta em mais recursos para as instituições financeiras emprestarem a um custo menor.

Outro instrumento é a taxa de juros sendo um grande balizador para o incentivo do crédito no país, pois é um modo de estimular o consumo, se a taxa estiver em baixa as pessoas tem maior acesso ao crédito e são incentivadas a consumir.

As taxas de juros no Brasil são baseados na taxa básica denominada taxa Selic.

Figura 3 . Evolução da taxa Selic



Fonte: Banco Central (2013)

Como visto na figura 3 percebe-se que a taxa Selic vem caindo com o decorrer dos anos, em 14 anos tivemos uma redução na taxa de juros de 36,00 pontos percentuais. Sabe-se que a taxa Selic tem um grande peso na economia, influenciando a taxa de juros do mercado, e essa taxa é definida pelo Comitê de Política Monetária o Copom. É definida a cada reunião, e essa taxa tem um grande controle no mercado sendo importante tanto para incentivar o consumo como para controlar a inflação que é um dos grandes problemas que o Brasil vem passando nas últimas décadas desde que o Copom passou a incluir por meio da taxa Selic o controle da meta da inflação. Quando a inflação está em alta o Copom precisa aumentar a taxa Selic freando o consumo e quando deseja estimular o consumo o mesmo diminui essa taxa incentivando o crédito gerando um crescimento econômico pois as pessoas consumindo, as empresas produzem mais e com isso geram mais emprego e a renda da população aumenta melhorando então o nível de vida das pessoas.

A taxa Selic também é indexada no pagamento dos títulos públicos e serve como referência para os títulos privados e como esses títulos são escriturais, a forma de controle desses títulos é eletrônico por meio do sistema *Selic* - Sistema Especial de Liquidação e Custódia

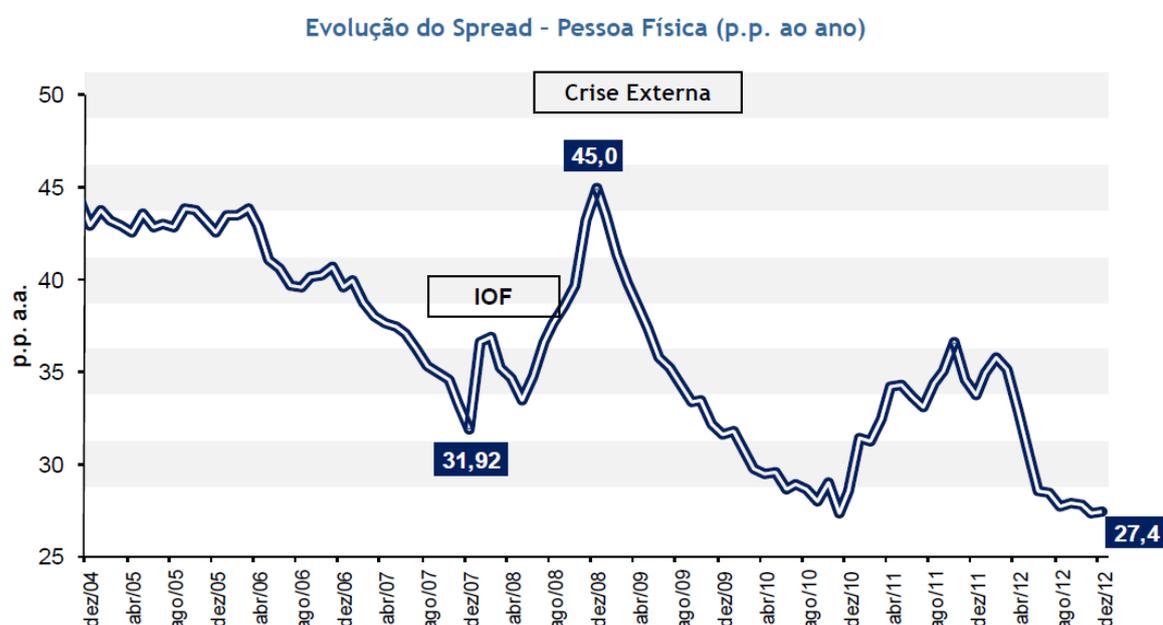
Para tal definição Assaf Neto (2012, p 61) comenta:

O Selic é um sistema informatizado que executa a custódia dos títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional, e efetua também o registro, controle e liquidação das operações com esses papéis. No Selic as operações são liquidadas uma a uma em tempo real. Todos os títulos são emitidos de forma escritural (eletrônica). A taxa de juros apurada nas negociações deste título é conhecida por taxa Selic.

O custo do dinheiro é uma variável chave, visto que quanto maior for o custo do dinheiro maior será o risco de inadimplência, desemprego e menores serão o consumo e consequentemente os investimentos serão baixos e um dos componentes deste custo é o Spread Bancário que é um denominador usado para designar a margem bruta dos bancos, é a diferença entre a taxa de captação e a taxa de aplicação.

E como citado acima, o objetivo do governos nos últimos anos é incentivar o crédito e para isso, o mesmo vem reduzindo a taxa Selic e também reduzindo o Spread bancário.

Figura 4 . Evolução recente do spread bancário



Fonte: Febraban (2013)

Outra forma que o Banco Central usa para controlar o volume de oferta de moeda, elevar a liquidez e também reduzir as taxas de juros, são as operações de mercado aberto - *open market*, são operações de compra e venda de títulos da dívida pública quando o mesmo deseja ofertar mais moeda no mercado, e o Banco Central adquire títulos no mercado, na situação inversa quando o mesmo deseja limitar a oferta monetária e reduzir a liquidez do mercado e elevar as taxas de juros, o Banco Central coloca em circulação novos títulos da dívida pública.

A Política de redesconto bancário é a possibilidade que o Banco Central tem de fazer empréstimo às instituições financeiras quando as mesmas ficam em uma posição vendida ou seja uma posição de maior saída de recursos do que de entradas e a taxa de juros cobrada nessa operações. Quando o objetivo do Banco Central é dar maior liquidez monetária o mesmo reduz essa taxa disponibilizando uma taxa menor praticada no mercado sendo assim as instituições financeiras são incentivadas a elevar a oferta de crédito (ASSAF NETO, 2012)

Conforme visto acima, o governo tem cumprido seu dever e tem diminuindo os custo do dinheiro, a taxa de juros, spread bancário e reduzindo o depósito compulsório, para então ofertar mais dinheiro com um custo menor, fazendo com que o consumo seja aquecido com o crédito mais barato.

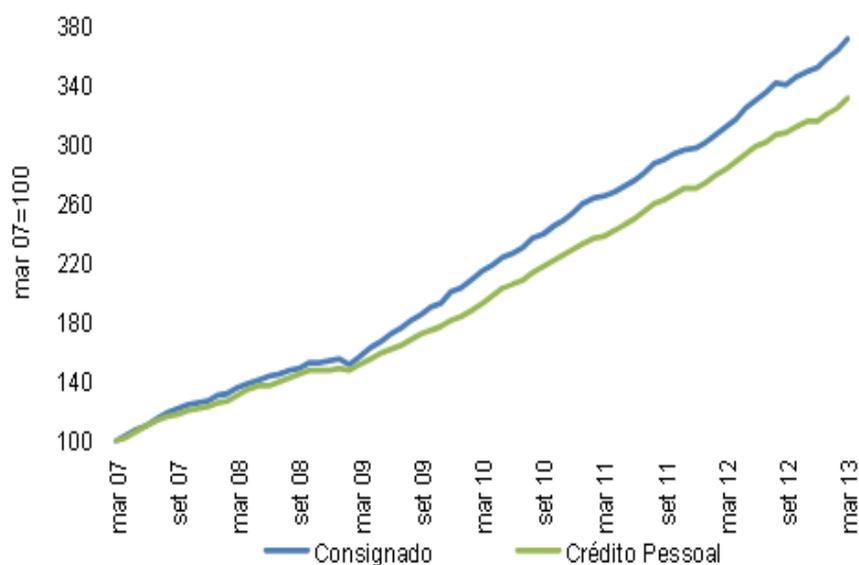
1.2 O crescimento do mercado de crédito no Brasil no período de 2006 a 2013.

Com todas as políticas monetárias efetuadas pelo governo no momento certo o mesmo conseguiu incentivar o crédito, conforme exposto na figura 5 a consequência da redução do custo do dinheiro gerou um aumento no crédito pessoal e consignado influenciando as pessoas a consumirem.

Observa-se na figura 5 que o crédito para as pessoas físicas teve grande crescimento, de 2007 até 2013 aumentou consideravelmente, fazendo com que o consumo fosse aquecido.

Figura 5 . Pessoal e consignado

Evolução das Operações de Crédito Pessoal x Crédito Consignado (até mar/13)



Fonte: Banco Central (2013)

Já para as pessoas jurídicas esse crédito é necessário para o capital de giro, pagamentos de tributos e para investimentos de capital. Os empréstimos para pagamento de tributos são concedidos às empresas como forma de adiantamento para a quitação dos impostos como, IPI, ICMS, IR e INSS .

Para tal definição Fortuna (2011, p 225) afirma:

São operações tradicionais de empréstimo vinculadas a um contrato específico que estabeleça prazo, taxas, valores e garantias necessárias e que atendem às necessidades de capital de giro das empresas. [...] Esse tipo de empréstimo normalmente é garantido por duplicatas em geral numa relação de 120 a 150% do principal emprestado. Nesse caso, as taxas de juros são mais baixas. Quando a garantia é dada na forma de aval ou notas promissórias, os juros são mais altos.

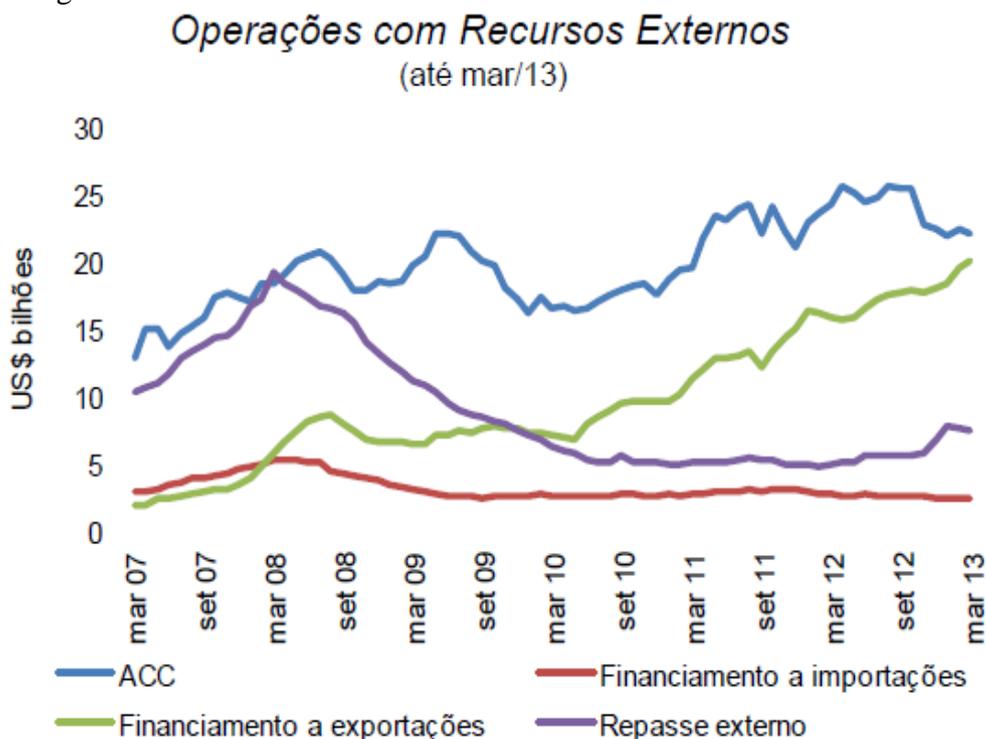
É importante salientar as grandes vantagens que os países receberam através da internacionalização da economia e da globalização, a primeira consiste em uma empresa exportar os seus produtos para qualquer país do mundo e com relação à globalização incide em um produto final ter componentes fabricados em todo o mundo.

E para o mercado de exportação o crédito é um grande incentivador dos empresários desse ramo que adquirem algumas vantagens quando exportam seus produtos, como a diversificação do mercado, aumento da sua produtividade, melhoria dos seus produtos, diminuição dos tributos e também há uma melhora na imagem da empresa no mercado nacional por internacionalizar suas atividades, trazendo ainda vantagens para o país porquanto as exportações refletem diretamente no balanço de pagamento, contribuindo para o saldo positivo na balança comercial.

E é através do crédito que muitas empresas têm sucesso na exportação pois dentro desse mercado de crédito as instituições financeiras incentivam as exportações.

Assaf Neto (2012,) afirma que os adiantamentos de contrato de câmbio - ACC incentivam os exportadores, adiantando recursos firmados com importadores estrangeiros proporcionando recursos antecipados às empresas nacionais vendedoras (exportadoras).

Figura 6. Crédito Externos



Fonte: Banco Central (2013)

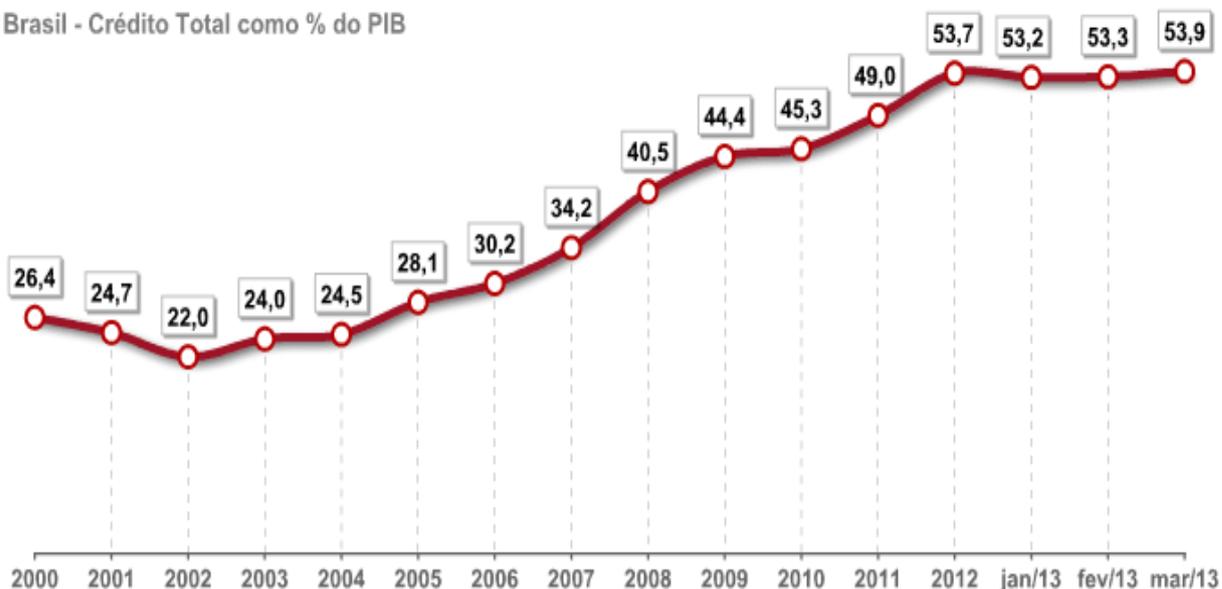
Conforme visto na figura 6 nota-se que o crédito para financiamento das exportações e o ACC tem aumentado gradativamente, incentivando as empresas a internacionalizarem suas atividades gerando então mais emprego, renda e aumentando a lucratividade das empresas.

Segundo dados do Banco Central o volume de crédito em março de 2013 chegou a R\$ 2.42 Trilhões, um crescimento de 16,9% em relação a março de 2012 que foi de R\$ 2.07 trilhões um aumento de crédito/PIB que passou de 49,2% em Março para 53,9% .

Observa-se na figura 7 que o crédito no Brasil tem aumentado gradativamente mesmo assim o país ainda está em desvantagem se compararmos o crédito com relação ao PIB de países desenvolvidos que chega a ser 75%, em alguns chega a ser 100% e 200% do PIB.

Figura 7. Relação crédito / PIB

Brasil - Crédito Total como % do PIB



Fonte: Banco Central (2013)

Uma economia bem estruturada busca atender as necessidades da sociedade, como pleno emprego, distribuição de riquezas, controle da inflação e para isso, o governo usa de políticas econômicas, para acelerar o crescimento e também frear quando necessário.

É nesse formato, ajustando o mercado de crédito que o governo procura regular a economia, buscando atingir seus objetivos econômicos e macroeconômicos, em algum momento liberando o crédito e agilizando o crescimento econômico e em outro momento freando o crédito dando então maior sustentabilidade no crescimento econômico, através das suas políticas econômicas.

O Banco Central que é o órgão do governo responsável por controlar a quantidade de moeda na economia usa das políticas econômicas para incentivar quando preciso e frear essa oferta de moeda quando necessário.

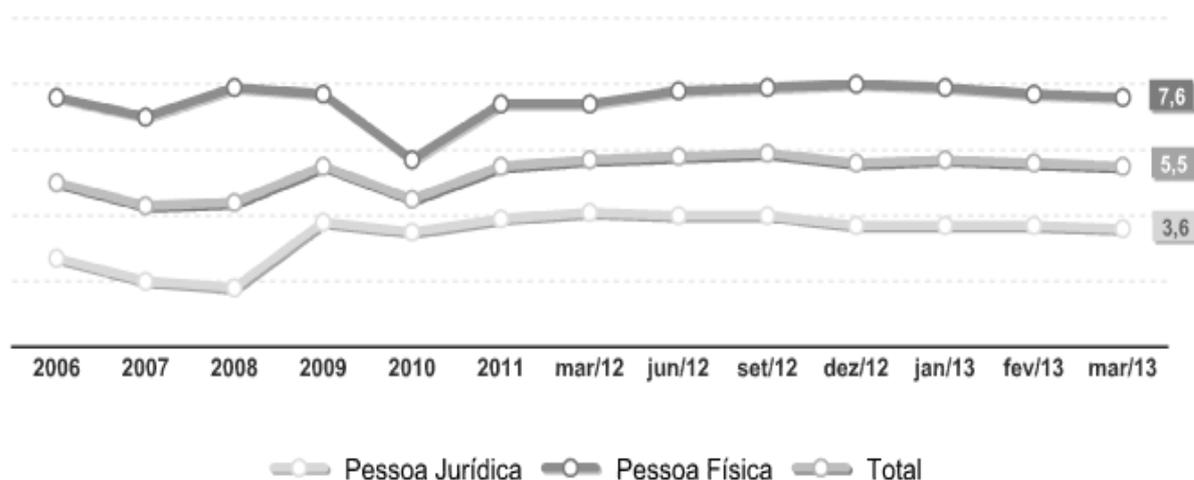
O crédito é muito importante em uma economia desde de que esse seja sustentável, consciente e responsável pois é através dele que uma economia pode crescer ou até mesmo entrar em crise como aconteceu nos EUA com o crédito subprime, onde governo americano para incentivar o consumo elevou a oferta de crédito acompanhada de taxas de juros muito baixas em um mercado desregulamentado, que gerou uma crise mundial afetando todas as economias, trazendo grandes prejuízos a empresas e endividando os governos, produzindo uma turbulência na economia desde 2008.

Ao contrário dos EUA o crédito no Brasil tem aumentado gradativamente obtendo um crescimento econômico sustentável pois através das políticas econômicas o Banco Central vem ajustando a oferta de crédito no mercado em algum momento usa das políticas para expandir o crédito e em outro momento usa políticas para diminuir essa oferta equilibrando o mercado para controlar a inflação e inadimplência ofertando um crédito sustentável.

Segundo dados do Banco Central (2013) a inadimplência no Brasil em 10 anos caiu de 15,5% em junho de 2003 para 7,2 em junho 2013, o avanço do crédito no Brasil não configurou uma bolha de inadimplência como ocorreu nos EUA.

Figura 8. Inadimplência

Inadimplência (% da Carteira)



Fonte: Banco Central (2013)

A inadimplência nas operações de crédito à pessoa jurídica, que atingiu o pico de 4,0% em setembro de 2009, apresentou lento desvio a partir de novembro daquele ano estabilizando-se em torno de 3,6% a partir de março de 2010 e chegando a 3,5% no final de 2010. Entretanto, desde 2011 voltou a apresentar elevação, alcançando 3,9% ao final daquele ano e 4,1% em fevereiro de 2012. Ao final de março de 2013 o índice de inadimplência de pessoas jurídicas era de 3,6%.

A inadimplência nas operações de crédito à pessoa física atingiu o pique de 5,9% em setembro de 2012, estabilizando-se em torno de 5,5% no final de março de 2013. Vale ressaltar que tal índice compreende as operações tanto de empresas de pequeno e médio porte quanto aquelas de grande porte.

Conclusão

O presente artigo evidenciou, de uma forma teórica, questões referentes à importância do mercado de crédito para a economia brasileira, que é um mercado que faz a junção do agente superavitário e deficitário e os seus agentes reguladores.

Os agentes reguladores têm uma grande importância na fiscalização desse mercado e o Banco Central é o órgão executivo central responsável por fazer cumprir o funcionamento do sistema financeiro nacional controlando os procedimentos do mercado financeiro, definindo a taxa básica de juros no Brasil e através dessa que todas as taxas de juros no país são baseadas e também usando outras políticas monetárias para controlar a economia em um momento expandindo o crédito dando um poder de consumo maior para as famílias e empresas impulsionando o crescimento econômico e em outro momento freando a oferta desse crédito, controlando a inflação dando maior sustentabilidade na economia.

Verificou-se o incentivo que mercado de crédito gera na economia brasileira pois é nesse mercado que a geração de emprego é impulsionada juntamente com a renda e o consumo das pessoas. Foi abordado também que não é somente através do crédito que um país tem crescimento, o crédito influencia também o consumo mas desde de que esse crédito seja sustentável ou seja um crédito seguro e de qualidade visando sempre o bem comum da sociedade econômica.

**Credit market:
the importance of the credit market for the Brazilian economy**

Abstract

This study mainly aims at presenting, in a theoretical context, the importance of the credit market for the Brazilian economy, in relation to the financial system and the importance of its regulation in the market, financing of private enterprises, encouraging the consumption of people and the government at the federal, state and local when it needs resources to achieve their goals. It also addresses the importance of credit in generating jobs, income encouraging some companies to internationalize their products. Explains the importance that the Central Bank has the economy by regulating the money supply and sustainable. Exposes historical data how these two elements are important for credit in relation to the cost of funds borrowed by individuals and companies.

Key-words: Financial market. Economic growth. Financial intermediation.

Referências Bibliográficas:

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. São Paulo: Atlas, 2012.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais: Fundamentos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**, São Paulo; Atlas 2009.

BRASIL. **Por dentro do Brasil Sistema Financeiro**. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. 2012. Disponível em Site http://www.brasil.gov.br/navegue_por/noticias/textos-de-referencia/o-sistema-financeiro-do-brasileiro , acesso em 02.set. 2013.